

SQUIB: INFORMAÇÃO: PARA QUEM E COMO? PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO EM AMBIENTE EDUCACIONAL

por Celso Ferrarezi Jr.* (Unifal)**

Aquela lenda que prega que todo mundo fala igual no Brasil e que, portanto, todos nos entendemos muito bem, tem influenciado negativamente a educação brasileira por décadas. É claro que existem interesses econômicos envolvidos na manutenção dessa falácia, como, por exemplo, os dos grandes cartéis editoriais que vendem livros didáticos em versão única ao Ministério da Educação para distribuição no país inteiro, independente da variação cultural ou linguística da criança que o recebe. Mas, também, há muita desinformação no que tange à variedade de culturas e falares no país e de como isso interfere nos processos próprios da educação. O fato que quero abordar aqui diz respeito diretamente à constatação de que, em muitas circunstâncias, os estudantes simplesmente não compreendem grande parte do que o estabelecimento educacional diz e que, portanto, a linguagem escolar, muitas vezes, soa para ele como “língua estrangeira”. A informação fornecida pela escola não chega, de verdade, ao aluno, pois ele não compreende os sentidos que a escola dá às palavras.

Assim, um dos aspectos mais incisivos da questão é justamente ligado à capacidade de os alunos – em todos os níveis – atribuírem sentido às palavras da escola (e da universidade). Em relação a isso, cumpre diferenciar dois conjuntos de palavras usadas em ambiente educacional:

- a. aquele das palavras que o aluno não conhece e que, portanto são dadas como “novas” para ele (como exemplos, temos “proparoxítono”, “fórmula de Bhaskara”, “membrana celular” etc.) ;
- b. aquele das palavras que o aluno já conhece e usa em seu cotidiano, mas que precisariam ser ressignificadas no ambiente educacional (como exemplos temos “objeto”, “sujeito”, “complexo”, “operação”, “conjunto” etc.)

No primeiro caso, a pesquisa dos processos de significação e ressignificação em ambiente escolar que temos desenvolvido na última década tem-nos mostrado que não é incomum que o docente dê a palavra

* cferrarezij@gmail.com

** Universidade Federal de Alfenas.

“nova” como “óbvia” e, portanto, “previamente conhecida” pelo aluno. Há uma tendência de explicar-se apenas o aspecto referencial do conteúdo escolar, sem um detimento metalinguístico, ou seja, sem qualquer preocupação em relação ao quê e ao como se está dizendo. Alunos universitários pesquisados entre os anos 2008 e 2010 informaram que, frequentemente, precisavam recorrer a dicionários ou outras fontes para entender o que os professores diziam e, não raras vezes, o fizeram de forma mal-sucedida. Perguntar abertamente qual é o sentido das palavras que o professor usa é considerado demasiadamente constrangedor e a atitude de zombaria de alguns docentes ratifica esse agravante.

No segundo caso, a questão ganha muito em complexidade, pois o processo de ressignificação envolve uma desconstrução do sentido costumeiro da palavra e uma reconstrução adaptada à cultura da escola (enquanto o primeiro envolve apenas a construção cultural ligada ao léxico recém-adquirido).

Pesquisa que realizamos com cem crianças de educação básica no ano 2010 demonstraram como as crianças de educação básica operam, dentro da escola, com seus sentidos costumeiros, aqueles utilizados em seu ambiente sociocultural, ao invés de operar com os sentidos próprios da escola. Escolhemos cem crianças de escolas públicas e privadas, na proporção de 50% para cada sistema, que já tivessem estudado, pelo menos, três anos de análise sintática no nível básico. Perguntamos a elas qual era o “sujeito” na frase abaixo:

- O menino quebrou o vaso.
As cem crianças, sem exceção, apontaram que o sujeito da frase era “o menino”.

Então, perguntamos a elas onde estava o “objeto” na mesma frase. Noventa e oito crianças afirmaram que o objeto era “o vaso”. Duas disseram que “achavam que era” “o vaso”. Ou seja: novamente, todas aparentemente “acertaram” a análise sintática.

Na sequência, fizemos as mesmas perguntas em relação à seguinte frase:

- O vaso foi quebrado pelo menino.
Novamente, cem crianças disseram que o sujeito era “o menino” e, agora, as cem crianças apontaram “o vaso” como objeto, com certeza.

Finalmente, perguntamos a elas onde estava o sujeito na frase:

- Essa laranja é muito azeda.

Nenhuma criança foi capaz de apontar “essa laranja” como o sujeito. Algumas disseram não haver sujeito na frase e outras disseram que não sabiam onde estava o sujeito, pois não sabiam quem havia chupado a laranja.

As evidências são claras: as crianças não estão operando com conceitos sintáticos abstratos como a escola pretendia. Elas continuam operando com as ideias de que “sujeito” é uma pessoa (como o menino da frase) e que “objeto” é alguma coisa pequena e inanimada do cotidiano (como o vaso da frase). Nas provas, elas apenas decoram exemplos e os repetem, sem qualquer compreensão real de análise sintática. O problema de fundo não é “meramente” metodológico ou do conteúdo escolhido:

é linguístico, qual seja: as crianças não foram capazes, sozinhas, de ressignificar as palavras “sujeito” e “objeto”, que são de seu uso cotidiano, para seu uso em sentido escolar. A escola tampouco se preocupa com isso ou, sequer, identifica o problema.

Estudo de Ocampo (2012) apontou que, em determinadas disciplinas, os alunos têm deficiência sistemática de ressignificação, que chega à casa de 80% em relação ao conteúdo global ministrado. O estudo aponta que, quanto mais comum a palavra no cotidiano da criança, mais dificilmente ela consegue ressignificar seu uso na escola, a menos que haja um trabalho de reconstrução devidamente orientado pelo docente, o que não foi constatado haver, de forma sistemática e consciente, em nenhuma das escolas pesquisadas.

Retomando a consagrada ideia de Franchi (1992) sobre o aspecto constitutivo da linguagem, temos que esta é construída ao longo do próprio uso. É evidente que isso demanda uma elaboração concomitante de ordem cultural. Porém, a criança não tem – porque não recebe da escola - os subsídios necessários e suficientes para proceder a essa reconstrução e continua praticando, no uso escolar, os sentidos costumeiros de seu cotidiano, mantendo as mesmas bases culturais de seu ambiente social, bases, em sua maioria, incompatíveis com os pressupostos da escola. Nada de sistemático, por parte dos estabelecimentos educacionais, tem sido constatado para resolver a questão. De forma concisa e direta: a escola fala uma língua que não é a língua da criança nem do adolescente nem do adulto que a frequenta.

Pesquisas recentes que tenho desenvolvido em ambientes universitários nessa fase pós-SISU têm mostrado alarmantes coincidências, em relação à dificuldade de ressignificação, com o que ocorre na educação básica. Com a desregionalização dos processos seletivos e com a miscelânea de alunos de origens geográficas (e, portanto, socioculturais) que ocorre hoje nas salas das universidades públicas brasileiras, alguns alunos têm demonstrado graves problemas de compreensão em relação ao que os professores apresentam em certas disciplinas. Tenho constatado que parte dos problemas de aproveitamento decorrem simplesmente de incapacidade de significar ou de ressignificar a fala dos docentes e/ou o material de estudo. Mais ou menos como o menino ribeirinho amazônida que queria saber da professora o que era “metrô” e recebeu como resposta que era “um metro com acento, porque, talvez, o livro estivesse errado.”

REFERÊNCIAS

FERRAREZI Jr., C. *Semântica para a Educação Básica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FERRAREZI Jr., C. *Introdução à Semântica de Contextos e Cenários*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

FERRAREZI Jr., C. *Metodologia de Pesquisa em Semântica de Contextos e Cenários*. Campinas: Mercado de Letras (no prelo).

FRANCHI, C. “Linguagem - Atividade Constitutiva”: in *Cadernos de Estudos Linguísticos*, jun-jul/1992. Campinas, Papyrus, 1992.

OCAMPO, Fabíola F. *Os sentidos da escola: o processo de resignificação e a aprendizagem em ambiente escolar*. (Dissertação de Mestrado) Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2012.

Recebido em: 31/08/2015

Aceito em: 03/09/2015